

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.274 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2001



Mozarildo diz que a Amazônia está sendo invadida

Para Ademar, governo é omissivo com a Amazônia

Experiência com índios viola soberania, afirma Mozarildo Cavalcanti

O senador Mozarildo Cavalcanti pediu esclarecimentos ao Ministério da Justiça sobre denúncia de que índios yanomamis foram usados como cobaias em experiências financiadas pelo governo dos Estados Unidos. O senador Ademar Andrade afirmou que a biopirataria demonstra omissão do governo em relação à Amazônia.

PÁGINA 7



Arruda considera "surrealista" a história publicada pela IstoÉ

Arruda garante que não violou painel eletrônico

PÁGINA 3



Antonio Carlos afirma que desvios chegam a R\$ 1 bilhão

ACM defende punição para irregularidades na Sudam

PÁGINA 3

Francelino prevê criação de agência para o cinema nacional

Relator-geral de subcomissão do Senado que analisou a cinematografia nacional durante um ano e meio, senador apresenta síntese das soluções propostas para o setor



O senador Francelino Pereira informou ontem que o governo poderá anunciar brevemente a criação de uma nova agência reguladora, com o nome de Agência Nacional do Cinema, para desenvolver a cinematografia nacional. Francelino fez um balanço dos trabalhos da subcomissão do Senado que durante um ano e meio discutiu os problemas do cinema nacional. Depois de realizar sete audiências públicas e ouvir 24 convidados, a subcomissão apresentou um diagnóstico da situação e as possíveis soluções para o setor.

PÁGINA 6

Lobão cobra incentivo para pesquisadores da Embrapa



PÁGINA 2

Lobão: com a clonagem, Brasil domina nova área de conhecimento

Simon destaca campanha das igrejas contra drogas



O senador Pedro Simon considerou ontem acertada a escolha do tema "Vida sim, drogas não!" pelos organizadores da Campanha da Fraternidade. A importância da campanha, de acordo com o senador, está ligada à gravidade do problema das drogas, que atinge principalmente os jovens, assediados pelos traficantes em escolas e centros de diversão. Para Simon, os organizadores acertaram também ao tratar a recuperação dos drogados do ponto de vista da solidariedade e da participação da família e da comunidade no tratamento.

PÁGINA 8

Simon ressalta a importância da participação da família no tratamento

Ramez Tebet quer combate sem tréguas às endemias

PÁGINA 7

Eduardo prega uma "cruzada positiva" em favor do país

É o momento de dar início a uma cruzada positiva em favor do Brasil, afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), ressaltando que é preciso superar "a tendência doentia ao negativismo e ao catastrofismo, à atração pelo errado e pelo fracasso". O senador afirmou que "é do positivo, da crença e da esperança que se constrói o futuro, com que se faz hoje e a cada dia".

Eduardo Siqueira Campos manifestou a sua crença de que só a esperança e a informação adequada do que se pode fazer e do que se está fazendo viabilizarão a construção do país. Ele entende que essas informações precisam ser levadas ao povo que, "mais do que os burocratas, está construindo o novo Brasil".

O senador alertou para a criação de uma cultura de elogio aos mortos e reconhecimento de suas qualidades e exemplo de vida, observando que "não é suficiente cultuar os grandes homens depois de mortos". Para o senador, "é preciso identificá-los durante a vida, para que possam ter estímulo, apoio e oportunidade de realizar seus sonhos". Ele lamentou que, "paralelamente a essa cultura de cultuar os mortos, se cultive a cultura de denegrir os vivos".

Como exemplo positivo, o senador citou a inauguração, em breve, da ponte rododiferroviária entre o Tocantins e o Maranhão, que viabilizará o novo sistema modal rododiferroviário que ligará o Norte aos mercados do Sul-Sudeste através da Ferrovia Norte-Sul. Ele prestou homenagem ao senador José Sarney (PMDB-AP), que, "enfrentando setores da opinião pública e da burocracia, quando presidente da República, teve a visão da importância estratégica da Ferrovia Norte-Sul, atribuindo-lhe prioridade nacional".

Lobão pede incentivo para pesquisador

Senador destaca trabalhos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e defende estímulo aos profissionais, além da divulgação dos êxitos alcançados nas diversas áreas

Dificuldades que vão de baixos salários à falta de equipamentos necessários ao desenvolvimento de estudos levaram o senador Edison Lobão (PFL-MA) a defender ontem a concessão de incentivos aos pesquisadores brasileiros, especialmente os da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e a divulgação dos êxitos alcançados por eles.

Lobão lembrou que os pesquisadores da Embrapa são responsáveis por dezenas de descobertas de processos inéditos para aproveitamento econômico, enriquecimento e conservação de alimentos com produtos genuinamente nacionais, que poderiam baratear a alimentação dos brasileiros e a merenda escolar.

— No entanto, poucas descobertas despertaram o interesse das

Segundo Edison Lobão, pesquisas poderiam baratear a alimentação dos brasileiros



nossas indústrias, levando desnimo aos cientistas. Um deles resumiu o problema da seguinte maneira: se o governo federal demonstrasse real atenção para essas descobertas, que interessam sobretudo à nossa economia e ao bem-estar da população, todas elas seriam amplamente aproveitadas — afirmou o senador.

Outra pesquisa de sucesso da Embrapa apontada por Lobão foi o nascimento do primeiro animal clonado brasileiro, uma bezerra da raça simental que recebeu o nome de Vitória. "Resultado da tecnologia de transferência nuclear, a clonagem foi o primeiro passo para o Brasil dominar uma área de conhecimento que constitui a

base da aplicação prática da transferência nuclear nos programas de conservação e melhoramento animal", explicou.

O senador recordou que as pesquisas de reprodução animal na Embrapa iniciaram-se em 1984, com o objetivo de viabilizar o Banco de Germoplasma. Informou que estudos de simulação demonstraram que a combinação da clonagem com as demais técnicas de multiplicação animal permitirá obter, em um ano, o ganho genético equivalente a 12 anos de seleção e multiplicação pelos métodos tradicionais. Ele disse ainda que o domínio dessa tecnologia possibilitará a reprodução acelerada de animais geneticamente superiores, a evolução de pesquisas de transgenia animal e a reprodução de raças animais ameaçadas de extinção no Brasil.

Freire registra indignação de comerciantes com acusação de informalidade

O senador Roberto Freire (PPS-PE) expôs ao Plenário do Senado a indignação dos membros da Câmara de Dirigentes Lojistas do município pernambucano de Santa Cruz do Capibaribe com reportagem da revista *Exame* que acusa os comerciantes locais de viverem na informalidade. Segundo Freire, mesmo sofrendo uma carga tributária onerosa e mal distribuída, além de créditos caros e poucas alternativas de financiamento, os pequenos empreendedores de Santa Cruz do Capibaribe foram responsáveis pelo aumento de 80% na arrecadação do ICMS nos últimos cinco anos.

— Sabemos que a informalidade é uma das maiores inimigas do crescimento, ao gerar pressões futuras nos sistemas previdenciá-

rios sem a contrapartida necessária — disse o senador, acrescentando que a prática deve ser duramente combatida, especialmente com a criação de condições para que os agentes da informalidade passem para a formalidade, além de ações inibidoras.

Roberto Freire ressaltou que a informalidade na economia não é um problema exclusivo de Pernambuco ou do Brasil. Ele lembrou que esse fenômeno surge inclusive em economias desenvolvidas, não somente como alternativa ao desemprego, mas, principalmente, como forma de obtenção de renda complementar. O senador pernambucano acrescentou que a informalidade "não deve ser justificada, mas superada".



Na opinião de Roberto Freire, a informalidade "não deve ser justificada, mas superada"



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Tiradentes*, de Oswaldo Caldeira. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Arruda nega envolvimento em violação do painel e considera denúncia "surrealista"

Para o líder do governo, é "sem pé nem cabeça" a matéria da revista *IstoÉ* que o acusa de ter passado a Antonio Carlos Magalhães a lista dos votos dos senadores na cassação do mandato de Luiz Estevão

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), negou em Plenário, ontem, qualquer participação na possível violação do painel eletrônico do Senado. Ele chamou de "surrealista" e "sem pé nem cabeça" a história publicada pela revista *IstoÉ* desta semana, que o acusa de ter passado ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a lista dos votos dos senadores na sessão que resultou na cassação do mandato do então senador Luiz Estevão.

A reportagem, escrita pelos jornalistas Mino Pedrosa, Andrei Meireles e Ricardo Miranda, cita



Arruda conta que ligou para ACM e Dutra e ambos negaram que tenham dado qualquer declaração sobre o assunto à revista

como fontes os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e o próprio Antonio Carlos, e aponta Arruda como responsável pela violação do painel, controlado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), à época dirigido por Regina Célia Peres Borges.

— Mesmo não acreditando nesses comentários, que seriam, no mínimo, levianos, liguei imediatamente para os sena-

dores Antonio Carlos e José Eduardo Dutra, que negaram que tenham dado qualquer declaração sobre esse assunto à revista — disse Arruda.

De acordo com o líder do governo, que diz considerar a acusação um "caso encerrado", ambos os senadores negaram veementemente a hipótese de terem servido de fonte à *IstoÉ*, sendo que Dutra chegou a divulgar nota oficial. Arruda lembrou que é impossível rebater uma "fonte em off", e afirmou ter cumprido seu dever de divulgar em Plenário a sua versão da história.



Ney Suassuna afirma que a Sudene "é uma alavanca poderosa" e critica a idéia de extinção

Para Suassuna, extinção da Sudene seria um crime

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) protestou contra a anunciada decisão do governo de extinguir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), afirmando que desvios ou equívocos porventura existentes na atuação daquele órgão devem ser apurados e convenientemente punidos, mas não poderão justificar a pena de morte da instituição.

— O Nordeste não precisa da comisseração ou piedade de quem quer que seja. A Sudene é uma alavanca poderosa, capaz de impulsionar a transformação da paisagem social e econômica da região. Extingui-la seria atitude politicamente inadequada, economicamente injustificável e tecnicamente insustentável — declarou.

Suassuna lembrou que a Sudene foi criada na segunda metade dos anos 50, num momento em que o Brasil começava a acreditar em si mesmo, a descobrir suas potencialidades e sua capacidade criadora. A Sudene, observou, "é o emblema maior da luta da modernização do país no período JK (Juscelino Kubitschek) e não parou no tempo".

Por essa razão, Ney Suassuna considera que "erram profundamente os que, por desconhecimento histórico ou mera arrogância", identificam o organismo como simples agência de fomento, órgão da burocracia do Estado ou tão-somente um conselho onde técnicos discutem projetos voltados para o desenvolvimento regional.

O senador expressou sua confiança de que o país não vai admitir "apartar irmãos do processo de desenvolvimento nacional", e acrescentou:

— O Brasil não aceitará esse crime que, ferindo de morte a Sudene, atingirá o Nordeste e toda a nacionalidade.

ACM desmente que tenha recebido lista de votação

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) desmentiu que tenha recebido do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) uma lista com os nomes de todos os que votaram contra e a favor da cassação do mandato de Luiz Estevão. O des-

mentido foi uma resposta à matéria publicada neste final de semana pela revista *IstoÉ*, noticiando que Antonio Carlos teria dito a parlamentares e assessores que Arruda foi quem lhe passou a lista dos votos na sessão que cassou Estevão.

Outra informação publicada pela revista, e também negada por Antonio Carlos, foi a de que a ex-diretora do Prodase, Regina Célia Peres Borges, teria sido indicada por Arruda para ocupar o cargo. "Ela foi escolhida por mais de dois

terços dos seus colegas de trabalho para presidir o órgão. Apenas cumprido democraticamente a vontade dos funcionários", garantiu o ex-presidente do Senado, acrescentando que nada publicado pela revista sobre o assunto é verdadeiro.

Antonio Carlos diz que "já passa da hora" de punir os envolvidos em irregularidades na Sudam

Ao registrar a publicação de reportagem pela revista *Veja* neste final de semana sobre as investigações que a Polícia Federal vem fazendo no Pará a respeito de denúncias de escândalos na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comentou que "já passa da hora" de punir os envolvidos nas irregularidades. Ele destacou que cálculos conservadores já apontam para 1 bilhão de reais o volume de recursos públicos desviados da Sudam.

— A nação está ansiosa por providências e os políticos, mais ainda, para recuperar a credibilidade ameaçada pela inação dos que têm o dever de apurar e punir os sócios do erário e sibiritas de nossa nação — afirmou Antonio Carlos. "O recado da sociedade é claro: basta à corrupção e basta à impunidade", completou.

A matéria "Abriu-se o covil da Sudam", publicada pela *Veja* e citada pelo senador baiano, infor-

ma que a Polícia Federal apurou que somente três escritórios de Belém teriam subtraído R\$ 380 milhões da Sudam e planejavam chegar a R\$ 1,5 bilhão. Antonio Carlos registrou que, segundo a reportagem, a PF teria apontado que o deputado federal José Priante (PMDB-PA) mantinha negócios ilícitos com a quadrilha.

Para Antonio Carlos, a nomeação de Anadyr de Mendonça Rodrigues para a Corregedoria Geral da União representa uma esperança de que o assunto será aprofundado e de que as investigações chegarão a outros beneficiários da corrupção. Por outro lado, ele ressaltou que não adiantam apenas palavras, mas é preciso agir, "caso contrário, ao final do governo tudo ainda continuará como está hoje".

BANCO CENTRAL

Referindo-se ao arquivamento do relatório sobre o caso Banpará, Antonio Carlos disse que o Banco Central tem graves e grandes res-



Antonio Carlos afirma que "a nação está ansiosa por providências" para punir os responsáveis

ponsabilidades. "Sou amigo pessoal do presidente Armínio Fraga, mas não o isento de culpa nessas decisões que parecem combinadas para que não se apure tudo o que ocorreu em 1984", analisou.

Antonio Carlos comentou ainda entrevista concedida pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, sobre a reportagem da revista *Veja*. Para o senador, é louvável a indignação de Bezerra, que repetiu uma frase dita recentemente pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso — "Eu não

sou o lixo, sou o lixeiro" — ao explicar que determinara que todas as denúncias na Sudam fossem apuradas.

— Pergunto ao ministro, e é isso o que a nação quer saber, quais são os responsáveis e quais os que produzem esse lixo que ele diz que está limpando, e que eu acredito ser esse o seu desejo. Queremos saber em que mãos estiveram ou estão esses órgãos públicos, e quais foram os beneficiários e a quem são ligadas essas pessoas — cobrou Antonio Carlos.

Patrocínio quer campanha contra hipertensão arterial

Responsável por 40% dos casos de aposentadoria precoce e absenteísmo, a doença “ainda é conhecida como o mal que mata em silêncio”, diz senador

Diante dos custos sociais crescentes da hipertensão arterial no Brasil, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) propôs ontem uma campanha nacional e permanente de esclarecimento da população sobre os perigos da doença. Ele alertou para o fato de que, na maior parte dos casos, não existe sintoma ou sinal da hipertensão, fazendo com que a maior parte dos hipertensos sequer saiba que sofre desse mal.

Segundo Patrocínio, a hipertensão, mesmo assintomática, traz sérios riscos a órgãos nobres do corpo, como cérebro, coração e rins. A doença aumenta o risco de infarto do miocárdio, de problemas vasculares no cérebro que podem levar a um derrame, bem como de insuficiência renal.

O senador pelo Tocantins citou estatísticas dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, considerando a hipertensão como uma doença de alto custo



Carlos Patrocínio destacou os riscos que a hipertensão pode acarretar ao funcionamento de órgãos como coração, cérebro e rins

social, responsável por cerca de 40% dos casos de aposentadoria precoce e de absenteísmo no trabalho. “Não obstante tanta gravidade, a hipertensão ainda é conhecida como o mal que mata em silêncio”, observou.

Patrocínio explicou que a medicina ainda não conhece, cabalmente, as causas da hipertensão, embora tenha estabelecido que fatores como hereditariedade, elevação da faixa etária, obesidade, tabagismo e sedentarismo contribu-

am para o aparecimento ou aumentam a probabilidade de ocorrência da hipertensão arterial.

Modernamente conceituada como uma síndrome caracterizada pela presença de níveis tensionais elevados, alterações metabólicas e hormonais e de hipertrofias cardíaca e vascular, somente quando se encontra em estágios bem avançados, a hipertensão apresenta sintomas como falta de ar, sangramento nasal, dores no peito e na cabeça, alterações da visão e vertigens, advertiu.

“Prevenir é a solução”, disse Patrocínio, aplaudindo a iniciativa das Sociedades Brasileiras de Cardiologia, Hipertensão e Nefrologia de se engajarem, ao lado do Ministério da Saúde, em campanhas por um diagnóstico mais precoce da hipertensão.

Carlos Patrocínio também considerou muito útil a decisão dos dirigentes de 16 entidades de fundar a Confederação Nacional das Associações de Portadores de Hipertensão Arterial (Conapa) para espalhar associações nas cidades e reivindicar campanhas informativas e medicamentos mais baratos às autoridades.

Mauro pede solução para inadimplência de produtores da Região Centro-Oeste

Em discurso em Plenário, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apelou aos ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e da Fazenda, Pedro Malan, que busquem uma solução justa e equilibrada para os produtores de Goiás e do Centro-Oeste que não conseguem quitar seus débitos junto ao Banco do Brasil, instituição financeira que administra os recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Para o senador, as altas taxas de juros cobradas nos últimos anos nos contratos de financiamento com recursos do FCO inviabilizaram a lucratividade e até a continuidade de projetos agrícolas ou de outros setores.

— Os encargos foram colocados em patamar incompatível com as possibilidades econômicas dos projetos — afirmou, referindo-se



Mauro Miranda: “Os encargos foram colocados em patamar incompatível com as possibilidades econômicas dos projetos”

às medidas provisórias que regulamentaram empréstimos dos fundos constitucionais, convertidas em lei em janeiro passado.

Segundo o senador, os ajustes são necessários a fim de não desvirtuar a missão original do FCO, criado pela Constituição de 1988. Mauro Miranda revelou que, em 12 anos, o fundo ofereceu mais de R\$ 3 bilhões aos produtores

da região, com a implantação de mais de 170 mil projetos, gerando 73 mil empregos.

— Temos de privilegiar nossa política agrícola e pretendemos que o governo tenha o fomento e não a busca de lucro como premissa de atuação. Não podemos permitir que os fundos não cumpram seu relevante e imprescindível papel — declarou.

Carlos Bezerra defende campus universitário no norte de Mato Grosso

Com o apoio dos municípios da região norte de Mato Grosso, foi encaminhada à Presidência da República proposta de instalação de campus universitário na região. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu em Plenário o projeto, que, segundo ele, vai contribuir para diminuir as desigualdades regionais no país.

Composta por oito microrregiões, com uma população de cerca de 600 mil habitantes, o norte-mato-grossense é responsável por 25% da arrecadação do estado. Essa é, para o senador, uma das justificativas para a implantação da universidade.

— A presença da Universidade Federal de Mato Grosso atende aos anseios de uma região que se ressent de capacitação para impulsionar o aumento do desempenho econômico e a melhoria das condições de vida da população — observou.

Carlos Bezerra também ressalta a necessidade de interiorizar o ensino superior. Dados apresentados pelo senador indicam que, enquan-



Segundo Carlos Bezerra, a medida permitirá capacitar técnicos para desenvolver a região

to nas regiões Sul e Sudeste, o sistema universitário oferece dez vagas para cada grupo de 100 jovens, nas regiões Norte e Centro-Oeste apenas cinco vagas estão disponíveis para igual número de jovens.

O senador fez um relato da proposta pedagógica da instituição, que prevê a articulação da dimensão técnico-científica com a dimensão política. Ele acredita que, dessa forma, será possível formar profissionais comprometidos com as necessidades técnicas, sociais e culturais da região.

Tuma homenageia Mário Covas pela passagem do primeiro mês de sua morte

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou a passagem do primeiro mês de falecimento do ex-governador de São Paulo Mário Covas. Tuma fez a homenagem ressaltando a trajetória política de Covas. Para o senador, além de “exemplo de honradez”, Covas tornou-se um “nome legendário, capaz de avalizar governos e legitimar poderes”.

Classificando Mário Covas de “extraordinário” e “imortal”, Romeu Tuma destacou o episódio em que, como funcionário municipal, nos anos 50, Covas empenhou-se para salvar as vítimas de uma enchente em Santos (SP). De acordo com o senador, “a firmeza, a competência e a determinação em resgatar vítimas já demonstravam o espírito público do jovem engenheiro Mário Covas”.

Tuma ressaltou ainda a luta de Covas, como deputado federal, em favor da liberdade e democracia, e citou um discurso, de dezembro de 1968, em que, pouco antes da edição do AI-5, o ex-governador de-



Na opinião de Tuma, Covas foi um “exemplo de honradez” e de elevado espírito público

fendeu a independência e soberania do Parlamento. “Tanto no Congresso Nacional quanto no governo de São Paulo, Mário Covas discutia suas idéias com devoção”, disse, salientando a coragem com que o político enfrentava os debates.

— No dia 6 de março, calou-se a voz polêmica das discussões com opositores e ponderadas nos momentos de incerteza. A voz do grito pela liberdade e das palavras entrecortadas com lágrimas — finalizou Romeu Tuma.

Maria do Carmo defende reforço da vazão e revitalização do São Francisco

Foram apontadas pela senadora falhas técnicas no projeto de transposição das águas, que, segundo ela, não coincide com os interesses das comunidades envolvidas e divide a opinião dos nordestinos

Em vez da transposição de águas, o reforço da vazão e a revitalização do Rio São Francisco. Essa é a proposta defendida pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), entusiasta de uma solução de aproveitamento ecológico para barrar o atual processo de deterioração do curso do rio. “Sem o vigoroso reforço da vazão, não se poderia viabilizar um plano mínimo de revitalização eficiente e irreversível do rio, nem muito menos se cogitar uma obra racional de transposição de suas águas”, sustentou.

Embora reconheça o “nobre”



Maria do Carmo Alves quer barrar a deterioração do rio

propósito de equacionar a escassez de recursos hídricos da região, Maria do Carmo disse que o projeto de transposição de águas do São Francisco, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, apresenta falhas técnicas, além de não coincidir com os interesses das comunidades envolvidas e dividir a opinião dos nordestinos. Diante desse quadro, a senadora considera que o ponto de partida deve ser o reforço da vazão do rio, já enfocado em duas propostas: transposição das águas do Rio Tocantins ou dos afluentes do próprio

São Francisco e dos Rios Paraná e Tocantins.

Segundo Maria do Carmo, a segunda alternativa tem se mostrado mais viável, pois seria menos onerosa e, apesar de levar de dez a 15 anos para ser concluída, produziria os primeiros efeitos a curto prazo. Entre os benefícios listados, destacam-se a viabilização de 106 pequenas e médias hidrelétricas, capazes de dobrar a capacidade energética gerada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); a elevação da área irrigável do São Francisco de 800 mil para mais de 2,4 milhões de hectares; a criação e recuperação de hidrovias ao longo do rio; e a revitalização de mais de 70 lagoas utilizadas na piscicultura.

Além da implementação dessas propostas, a senadora pefelista acredita ser indispensável o reflorestamento das margens do São Francisco, o combate às causas da erosão, o desassoreamento da calha do rio e a remoção das ilhas de areia. Maria do Carmo defendeu a construção da Hidrelétrica Pão de Açúcar, “desde que acompanhada de um projeto de proteção ambiental e de apoio à população residente nas margens do rio”. E reiterou: “Um imediato e vigoroso aumento na vazão das suas águas é condição sem a qual não se poderá fazer uma revitalização tecnicamente correta, capaz de corrigir as crescentes mazelas atuais e, sobretudo, reverter a ameaça de morte parcial do Velho Chico”.

Alcântara quer mais empregos para portadores de deficiência

Já está nas mãos do relator, senador Lauro Campos (PT-DF), projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que possibilita a criação de mais vagas no mercado de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência. O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e prevê que as instituições que congregam os portadores de deficiência possam intermediar as contratações nas empresas, ajudando também na educação, formação e qualificação profissional dos candidatos.



Projeto de Lúcio Alcântara tramita na CAS

A proposta de Alcântara, que acrescenta artigos à atual legislação sobre o assunto, estabelece que as instituições destinadas aos portadores de deficiência poderão auxiliar na colocação das pessoas por meio de duas modalidades de trabalho. Na primeira, os portadores de deficiência atuarão nas empresas que utilizam seus serviços com vínculo empregatício e, portanto, como empregados.

Na segunda modalidade, eles trabalharão nas próprias instituições, atuando nas empresas tomadoras de serviços e, nesse caso, sem nenhum vínculo empregatício. Nessa modalidade, as pessoas portadoras de deficiência serão consideradas “cooperadas”. O senador informou, inclusive, que as “cooperativas sociais”, como são chamados esses órgãos, estão em franca expansão e têm tido êxito em vários países da Europa e também no Brasil.

— O que se busca é iniciar uma caminhada de integração de ações que visem apoiar o ingresso e a permanência dos portadores de deficiência no mercado de trabalho — justificou.

Ele argumentou ainda que sua proposta levará à ampliação expressiva das atividades exercidas pelas instituições destinadas aos portadores de deficiência, que vão cuidar do recrutamento, seleção e colocação da mão-de-obra junto às empresas. O Ministério do Trabalho e Emprego deverá estabelecer as regras para disciplinar e fiscalizar as modalidades e os locais de trabalho, conforme define o projeto.

Eduardo elogia acordos entre Tocantins e Cuba na área da saúde

O governo do Tocantins fará novos acordos de cooperação com Cuba em setores como Educação, Saúde, Turismo e Esporte, registrou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) ao explicar que a administração está sintonizada com a globalização e com o pragmatismo nas relações internacionais. Ele lembrou que há anos Tocantins mantém intercâmbio com Cuba para suprir a carência de médicos na região.

O senador citou o secretário estadual da Saúde, Eduardo Medrado, o qual afirmou que os médicos brasileiros preferem trabalhar no setor privado ou nas grandes concentrações urbanas, o que deixa as comunidades carentes do interior desprovidas desses profissionais. Essa realidade, disse o senador, é que levou o governo do Tocantins a optar pela contratação dos cubanos.

Ao parabenizar Medrado pela iniciativa, Eduardo observou que essa medida se insere na política de saúde tocantinense, que tem proporcionado mais prevenção e menos internações, fato registrado em relatório do próprio Ministério da Saúde, segundo ele.

Maguito propõe mudança da sede do Superior Tribunal de Justiça Desportiva para Brasília

A transferência do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) do Rio de Janeiro para o Distrito Federal é uma das alterações na Lei Pelé propostas pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Relator da medida provisória que alterou a principal legislação esportiva do país, Maguito pretende afastar a Justiça esportiva das presenças regionais.

— Em vista do âmbito de atuação previsto para o STJD, nada mais adequado do que se exigir

que o órgão máximo da Justiça Desportiva tenha sede no Distrito Federal, longe de interesses regionais e clu-bísticos. De outra parte, essa iniciativa apenas segue procedimento usual que recomenda a transferência ou a manutenção de órgãos de caráter nacional na capital do país — justificou o senador.

Além disso, Maguito propõe



Maguito Vilela quer o STJD longe de interesses regionais

que os membros do STJD possuam notório saber jurídico, a exemplo da exigência para os ocupantes dos demais tribunais superiores. O senador justifica a alteração lembrando que aos julgadores de matéria esportiva são exigidos conhecimentos específicos dos códigos e regulamentos do setor, além do universo particular do desporto.

João Alberto saúda criação da Corregedoria Geral da União

Para o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), a iniciativa do governo federal de criar a Corregedoria Geral da União deve ser vista com esperança pelos brasileiros que defendem ações efetivas contra a corrupção. Em discurso em Plenário, o senador disse acreditar que, pela carreira que tem, a corregedora-geral, procuradora Anadyr de Mendonça Rodrigues, terá êxito em suas funções.

— A nação espera e precisa ter confiança em suas instituições, que necessitam ser efica-

zes na tarefa de gerenciar e proteger o interesse público. Faço votos de que o país esteja tomando consciência de que é necessário criar uma sistemática capaz de rastrear desde o nascer a corrupção que corrói a justiça e a democracia — afirmou.

Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, João Alberto se disse frustrado, porque depois da investigação e da constatação de atos fraudulentos pouco foi feito para condenar culpados ou para recuperar os recursos públicos rou-

bados. Com a Corregedoria, porém, o senador acredita que um trabalho cotidiano, que detecte a corrupção no seu começo, poderá ser mais eficiente.

— A sociedade está cobrando transparência e eficácia no combate à corrupção. A longa lista de denúncias existente revela a gravidade do problema e a necessidade de ações concretas para esclarecê-las — declarou o senador.



João Alberto espera que a corrupção seja detectada no começo

Francelino: cinema nacional poderá ter agência reguladora

Relator apresentou ao Plenário as conclusões da Subcomissão do Cinema, que durante um ano e meio debateu a questão com representantes do setor

O governo poderá anunciar brevemente a criação de uma nova agência reguladora, denominada Agência Nacional do Cinema (Ancine), para desenvolver a cinematografia do país. A informação é do senador Francelino Pereira (PFL-MG), que ontem apresentou ao Plenário o resultado dos trabalhos da subcomissão que, durante um ano e meio, debateu essa questão no Senado.

Definindo o trabalho como "um documento que mostra exuberantemente toda a problemática do cinema brasileiro e do cinema internacional", o parlamentar antecipou também um resumo das idéias que estão sendo discutidas pelo Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic), criado pelo governo para desenvolver um projeto para o cinema brasileiro.

Relator da subcomissão, Francelino Pereira disse que ela foi constituída para funcionar temporariamente, mas veio para ficar. Isso porque foi transformada pela Comissão de Educação em Subcomissão do Cinema, Comunicação Social e Informática, que funcionará em caráter permanente. O senador também informou que o texto apresentado em Plenário será oferecido à nova subcomissão como um ponto de partida para as suas atividades.

Conforme o relato do senador, a Subcomissão do Cinema realizou sete audiências públicas e ouviu 24 convidados, entre produtores e diretores de cinema, documentaristas, professores, autoridades do governo e pessoas de televisão.

— Pesquisamos velhos textos e trocamos dados e informações via



Francelino diz que o documento mostra toda a problemática do cinema nacional e internacional

Internet, com mais de uma centena de pessoas. Ao final, produzimos uma súmula do que encontramos de mais relevante na busca de soluções para os problemas

do cinema no Brasil — informou.

O trabalho apresentado por Francelino Pereira se estrutura em três partes: a primeira relata a busca de soluções para os problemas do cinema; a segunda traz quadros sobre projetos referentes ao cinema, em tramitação no Senado e na Câmara; e a última traz um roteiro sintético das audiências e as notas taquigráficas do que foi discutido.

Intitulado "O povo do Cinema na busca da tela", o trabalho se divide em cinco blocos temáticos, que tratam, entre outras questões, do desafio que é levar o Brasil às telas, das crises que marcam o cinema brasileiro e da crise inerente ao atual modelo de produção baseado na política de incentivos fiscais.

Subcomissão do Cinema Nacional

Principais propostas da subcomissão

- Implantação do Conselho de Comunicação Social
- Oferta de salas de exibição com preços acessíveis
- Integrar produção para cinema e televisão

Como alavancar a produção nacional

Ocupar

- 33% das salas de exibição
- 25% a 30% do mercado de vídeo
- 10% a 15% do mercado de DVD
- 5% dos filmes exibidos em rede pelas TVs
- 1,5% a 2% da programação das TVs pagas

Criar Agência Reguladora da atividade

Redefinir as funções da Secretaria do Audiovisual

Criar fundo financeiro

Incentivar investimentos das empresas de televisão em produções de cinema

A subcomissão ouviu 24 personalidades do mundo do cinema ao longo dos 18 meses de seu funcionamento.

TV Senado discute hoje combate ao câncer

O senador Tião Viana (PT-AC) e a médica oncologista Maria Elizabeth Pereira são os convidados do programa *Cidadania* nesta terça-feira. Para um combate efetivo ao câncer, os convidados defendem uma maior mobilização da sociedade para convencer o governo a investir mais e melhor em pesquisas que resultem na prevenção e no tratamento da doença. O *Cidadania* é exibido às

6h30, 13h30 e 19h30.

No programa *Entrevista* de hoje, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) explica as atribuições da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual é presidente. Ele fala sobre as novas relações comerciais do Brasil com o exterior, salientando as formas de interferência do Legislativo nessas questões. O *Entrevista* vai ao ar

às 7h30, 12h30 e 20h30.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), por sua vez, fala do turismo no Brasil, no programa *Entrevista*, às 9h30 e às 18h30. Ele acredita que os investimentos do governo federal no ecoturismo na Amazônia atrairão a atenção do turista internacional. E comenta sua satisfação com o crescimento, qualitativo e quantitativo, do turismo interno.

Presidente da CE debaterá radiodifusão com Abert

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), recebe nesta quarta-feira, às 9h30, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho Neto. Eles tratarão de assuntos relacionados à radiodifusão no país, como o processo de concessão e permissão para emissoras e a regulamentação da classificação, por faixa etária, do conteúdo de programas de televisão.



Ricardo Santos é o novo presidente da Comissão de Educação

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Camboriú
 6h30 — *Cidadania* — O sen. Tião Viana e Maria Elizabeth do Nascimento, médica especialista em câncer, falam sobre o combate ao câncer
 7h30 — *Entrevista* — O sen. Jefferson Péres fala sobre a Comissão de Relações Exteriores
 8h — *Journal do Senado* — As principais notícias do dia
 8h30 — *Saúde/Unip* — Correção de deformações congênitas — Parte 2
 9h — *As Cores do Brasil* — Ceará
 9h30 — *Entrevista* — O sen. Moreira Mendes fala sobre o turismo no Brasil
 10h — *CPI do Roubo de Cargas* — Audiência Pública em Campinas/SP (gravado)
 12h30 — *Entrevista* — O sen. Jefferson Péres fala sobre a Comissão de Relações Exteriores
 13h — *Cores do Brasil* — Rio Grande do Sul
 13h30 — *Cidadania* — O sen. Tião Viana e Maria Elizabeth do Nascimento, médica especialista em câncer, falam sobre o combate ao câncer
 14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo)
 18h30 — *Entrevista* — O sen. Moreira Mendes fala sobre o turismo no Brasil
 19h — *Cores do Brasil* — Tiradentes

19h30 — *Cidadania* — O Ssn. Tião Viana e Maria Elizabeth do Nascimento, médica especialista em câncer, falam sobre o combate ao câncer
 20h30 — *Entrevista* — O sen. Jefferson Péres fala sobre a Comissão de Relações Exteriores
 21h — *Journal do Senado* — As principais notícias do dia
 21h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
 Em seguida — Música e informação
 14h30 — *Sessão Plenária do Senado* (ao vivo)
 Em seguida — Música e informação
 19h — *A Voz do Brasil*
 Em seguida — Música e informação
 20h30 — *Senado em Linha Direta - Edição Nordeste*
 Em seguida — Música e informação
 21h — *Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste*
 Em seguida — Música e informação
 21h30 — *Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste*
 Em seguida — Música e informação
 24h — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
 Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
 DirecTV: canal 163
 Sky Net: canal 30
 Tecsat: canal 17
 Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
 • Satélite: B1
 • Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
 • Polarização: Vertical
 • Frequência: 3.644,4 MHz
 • Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
 • Antena: 3,6 m
 • PID: Vídeo: 1110 / Audio: 1211 / PCR: 1110
 Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
 • Symbol Rate: 3,2143Ms/s
 • FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
 • Satélite: B1
 • Transponder: 11 A-2 (canal 8)
 • Polarização: Horizontal
 • Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
 • Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 • Receptor ABR 200, ComStream
 • LBN DRO ComStream
 • 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
 • Satélite: Brasilsat B2
 • Polarização: Vertical (RX)
 • Modo: Joint-Stereo
 • Taxa: 128 Kbps-BPSK
 • Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7

Mozarildo quer esclarecer experiência com yanomamis

Senador pede explicações ao Ministério da Justiça sobre a denúncia de que integrantes da nação yanomami foram usados como cobaias em testes financiados pelo governo dos EUA. Alguns índios teriam morrido por causa dessas experiências

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu esclarecimentos ao Ministério da Justiça sobre denúncia veiculada pelo jornal *O Globo*, na edição do último dia 30, de que índios yanomamis foram usados como cobaias em experiências financiadas pelo governo dos Estados Unidos. Segundo a reportagem, alguns dos índios morreram em virtude das experiências.

O jornal *O Globo* noticiou ainda que a Comissão Pró-Yanomami, formada por antropólogos e indigenistas brasileiros, está movendo um processo judicial contra o governo norte-americano por uso indevido de material genético coletado na comunidade sem consentimento. Os yanomamis estudam também a possibilidade de pedir reparação por danos causados pela coleta de amostras de sangue.

— É de estarrecer que os nossos índios estejam sendo utilizados como cobaias em experiências e

que seu sangue tenha sido obtido de maneira no mínimo fraudulenta, sem consentimento prévio da comunidade, da Funai ou do Ministério da Justiça — afirmou o senador, acrescentando que a Amazônia está sendo invadida e servindo de palco para experiências as mais diversas.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que os índios brasileiros não podem ser utilizados como cobaias e que o fato que gerou a denúncia publicada pelo jornal *O Globo* atenta contra a soberania nacional.

— Os índios são nossos primeiros habitantes, temos a obrigação de defendê-los e não podemos permitir que eles sirvam de cobaias em experiências — afirmou Ramez Tebet.

Ele acrescentou que muitos países desenvolvidos dizem agir em defesa dos povos indígenas brasileiros, mas estão interessados, na verdade, nas riquezas do subsolo do país.



Para Mozarildo, a denúncia "é de estarrecer"



Davi Kopenawa, um dos líderes do povo yanomami

"Política indigenista está entregue ao deus-dará"

Mozarildo Cavalcanti também registrou denúncia feita pelo jornal *Brasil Norte*, de Roraima, em 14 de março, de que Miracélio Peixoto, líder indígena da região de Surumu, e sua mulher, Laiza de Souza Peixoto, teriam sofrido ameaças de morte e de expulsão de sua casa por índios de outras tribos.

Miracélio disse ao jornal que entidades como o Conselho Indígena de Roraima, a Funai, o Ibama, a Igreja Católica e algumas

organizações não-governamentais — como a TWM — estão incitando os índios, uns contra os outros, em vez de defendê-los. Na opinião de Mozarildo, as denúncias de *O Globo* e do *Brasil Norte* comprovam que a política indigenista brasileira "está entregue ao deus-dará". Ele acrescentou que não existe uma orientação ou fiscalização eficiente por parte do governo.

No mesmo pronunciamento, Mozarildo repeliu trecho de arti-

go escrito pelo ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho, publicado no *Correio Braziliense* de 27 de março, segundo o qual os políticos de Roraima são classificados como "levianos" por terem afirmado que a demarcação das terras yanomamis não observou nenhum critério. O senador disse que leviano foi Passarinho, ao atribuir a declaração aos políticos roraimenses. Segundo Mozarildo, a afirmação foi feita pelo ministro da Defesa, Geraldo Quintão.

Ademir Andrade diz que país corre o risco de perder o controle de seu patrimônio genético

O avanço da biopirataria estrangeira na Amazônia demonstra, na opinião do senador Ademir Andrade (PSB-PA), a omissão do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em relação à região.

Ademir lamentou que até hoje o governo federal não tenha regulamentado os dispositivos da Convenção da Biodiversidade, que trata da soberania dos países sobre os seus recursos genéticos. Ele reclamou também que o projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que regulamenta o acesso aos recursos genéticos, aprovado no Senado há mais de dois anos, esteja praticamente parado na Câmara dos Deputados.

O governo, afirmou o senador, não demonstra interesse em uma regulamentação adequada do acesso aos recursos genéticos e, associado a isso, não adota políticas que reduzam as desigualdades regionais, "relegando a região amazônica a um verdadeiro abandono". Em razão desse quadro, o parlamentar enfatizou a importância da comissão parlamentar de inquéri-

to (CPI) que será instalada na Casa para apurar a biopirataria.

Ademir Andrade acredita que a comissão deve iniciar seus trabalhos fazendo um levantamento de tudo o que já foi apurado em outras investigações. De acordo com o senador, CPI da Câmara constatou, em 1998, que o principal contrabando de material genético se dá pela via institucional.

Para o parlamentar, os convênios com entidades de pesquisas estrangeiras representam "verdadeiras caixas pretas, que permitem a saída indiscriminada de amostras de material ge-



nético e dados facilitando até mesmo a biopirataria".

O contrabando de peixes é outro exemplo de depredação das riquezas naturais do país citado pelo senador. Ele mencionou, nesse sentido, reportagem publicada pelo jornal *O Liberal* segundo a qual peixes como o surubim, o caparari e o piramutaba podem desaparecer dos rios da Amazônia em aproximadamente 15 anos.

— Os contrabandistas, alguns disfarçados de pesquisadores, turistas, cientistas e religiosos estrangeiros, estão levando para o exterior plantas, sementes, insetos, escorpiões, sapos, cobras e material genético da floresta amazônica — disse o senador, que alertou para o risco de o Brasil perder o controle de seu patrimônio genético.

Para Ademir, a biopirataria avança por causa da omissão do governo em relação à defesa da região amazônica

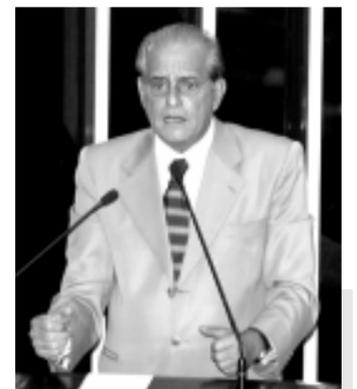
Ramez Tebet cobra eficácia no combate a doenças endêmicas

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) conclamou o Ministério da Saúde a levar adiante "um combate sem tréguas" às doenças endêmicas como dengue, febre amarela, malária e tuberculose, que estão em expansão no país. Segundo ele, é inadmissível aceitar essa situação depois que o Congresso aprovou a destinação dos "vultosos recursos" da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) para a saúde pública.

Ramez Tebet afirmou que a descentralização administrativa, por meio da municipalização do Sistema Único de Saúde (SUS), não está conseguindo os resultados desejados.

— O Ministério da Saúde precisa investigar se os recursos estão sendo mal aplicados e, em caso afirmativo, tomar as providências cabíveis — destacou.

Para o senador, o Brasil está crescendo a olhos vistos, mas continua sendo campeão em desigualdades sociais. É imprescindível dirigir os gastos governamentais para setores como educação, saúde e saneamento bási-



Tebet: "O Ministério da Saúde precisa investigar se os recursos estão sendo mal aplicados"

co, "a fim de se combater o fosso entre as camadas ricas e as pobres, que não pára de crescer", argumentou Tebet.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lembrou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) já aprovou a convocação do ministro da Saúde, José Serra, para dar explicações sobre os números crescentes e preocupantes de doenças que já estavam quase erradicadas no país, como dengue e febre amarela. "É urgente que ele venha", concluiu.

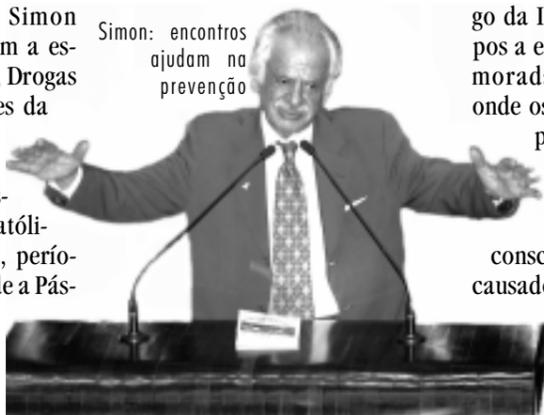
Simon enaltece campanha de igrejas contra as drogas

Organizadores acertaram ao tratar a recuperação dos viciados do ponto de vista da solidariedade e da participação da família, afirma o senador

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou ontem a escolha do tema "Vida Sim, Drogas Não" pelos organizadores da Campanha da Fraternidade, realização anual de um grupo de igrejas cristãs liderado pela Igreja Católica. Durante a Quaresma, período de 40 dias que antecede a Páscoa, a questão das drogas vem sendo debatida em encontros realizados por fiéis, que seguem roteiro traçado em cartilha distribuída em todo o Brasil e mostrada da tribuna do Plenário pelo senador.

Simon disse que a importância da campanha está ligada à gravidade do problema das drogas, que atinge principalmente os jovens, hoje assediados pelos traficantes em locais como escolas e centros de diversão. Para o senador, os organizadores da campanha acertaram ao tratar a recuperação dos drogados do ponto de vista da solidariedade e da participação da família e da co-

Simon: encontros ajudam na prevenção



go da Igreja Católica ou de grupos a ela ligados. Falou mais demoradamente sobre fazendas onde os jovens passam períodos prolongados de desintoxicação e se dedicam ao trabalho na agricultura e às orações, além de serem conscientizados sobre os males causados pelos tóxicos.

Em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou o discurso de Simon, especialmente a ênfase dada pelo senador gaúcho à eficácia do trabalho voluntário como meio de combate às drogas. Segundo Francelino, o amor e o carinho da família são essenciais para o retorno dos viciados à vida normal. Na condição de presidente da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) mencionou a "profundidade" do discurso de Simon e atendeu ao pedido deste para que o Senado imprima exemplares da cartilha destinados a escolas.

munidade (incluindo as igrejas) no tratamento.

— Analisar o quadro criado pelas drogas como fazem os Estados Unidos, do ponto de vista do risco para o Estado, é pequeno e cruel. Além disso, a droga prospera porque é paga pelos dólares dos consumidores norte-americanos e dos que querem fazer lavagem de dinheiro — afirmou Simon.

O senador relatou uma série de programas de recuperação de drogados que cresceram ao abri-

Senado vai inaugurar capela ecumênica

Por iniciativa do senador Pedro Simon, o Senado inaugura brevemente, nas proximidades do Salão Negro, uma capela ecumênica destinada a propiciar aos servidores e parlamentares um lugar silencioso para orações, cultos e meditações. "Numa Casa que tem tudo, era inexplicável não haver um local para conseguir-se um recolhimento com Deus", afirmou o senador ao visitar ontem o local.

Simon disse que, nos próximos dias, vai procurar a Mesa diretora da Casa para sugerir que a inauguração seja feita com a celebração de um culto ecumênico, numa demonstração de que a iniciativa deve favorecer o convívio fraterno entre todas as confissões religiosas. "Cada ser humano traz Deus dentro de si. Nessa capela, ele terá o recolhimento espiritual tão valioso para quem deseja um



Pedro Simon no local onde funcionará a capela ecumênica

distanciamento das coisas materiais", afirmou o senador.

Membro da antiga Ordem Terceira de São Francisco, hoje chamada de Ordem Franciscana Celular, Simon tentava criar essa capela desde 1991, tendo seu projeto sempre arquivado. Na semana passada, a iniciativa foi definitivamente aprovada. Preocupado em conseguir um local ideal para esse templo, ele se disse feliz com a facilidade com que o arquiteto Oscar Niemeyer, que é ateu, apontou a solução arquitetônica situada nas imedia-

ções do Salão Negro. Com um fundo em madeira, uma cruz e um altar em mármore branco, a capela tem 15 assentos em mármore preto e deverá, segundo Simon, ser resguardada por um discreto biombo. A idéia é evitar que a pessoa que esteja orando seja importunada. Com esse santuário, o parlamentar entende que o Senado estará contribuindo para que as pessoas coloquem a meditação religiosa no mesmo plano de importância que elas dedicam às coisas da vida cotidiana.

Maria do Carmo propõe normas para regular incentivos fiscais

Para impedir que empresas usufruam de incentivos fiscais e depois transfiram-se dos estados e municípios que os concederam, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apresentou projeto de lei estabelecendo normas gerais para a celebração de contratos entre pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado. O projeto aguarda relator nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposição obriga as empresas beneficiárias dos incentivos fiscais a permanecerem nos estados e municípios que os concederam por um período pelo menos 50% maior do que o tempo em que gozaram do incentivo. Caso violem essa disposição, a isenção fiscal será anulada com efeito retroativo de até cinco anos e os sócios da companhia ficarão proibidos de constituir novas pessoas jurídicas até o pagamento dos tributos devidos.

Ao justificar a proposta, a senadora afirma que sua intenção foi "inibir as sucessivas ações oportunistas de algumas empresas na-

cionais e estrangeiras". Segundo ela, essas empresas, "após usufruírem por longo tempo de incentivos fiscais, evadem-se do território dos seus beneficiadores, sem prestar nenhuma satisfação".

Para a parlamentar, como os incentivos fiscais são oferecidos com a intenção de desenvolvimento de determinadas regiões, "devem ser realizados ao abrigo de normas que garantam a consecução dos objetivos, nunca com a possibilidade de frustração da administração pública ou da sociedade".

Maria do Carmo lembrou que os incentivos fiscais são concedidos por prefeitos e governadores com o intuito de abrir um mercado de trabalho para absorver parte da população desempregada. Ocorre que a saída da empresa do território, terminado o período de concessão dos benefícios, deixa em seu lugar o desemprego e o crescimento da marginalidade, observou. Além disso, acrescentou a senadora, "suscita revolta naqueles que se instalaram na mesma localidade sem usufruírem de idênticas vantagens".

Projeto de Antero beneficia a pecuária do Pantanal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia em caráter terminativo, em uma de suas próximas reuniões, projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que concede melhores condições de financiamento aos produtores do Pantanal Mato-Grossense que se enquadrem no programa de fortalecimento e recuperação da atividade de pecuária extensiva da região. Os recursos para o projeto deverão sair do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Caso a CCJ aprove o projeto do senador, os produtores terão reduzidas as taxas de juros cobradas nas operações de financiamento. Pequenos e miniprodutores passarão a pagar 4%, os médios, 5% e os gran-



Antero defende o desenvolvimento sustentado da região

des, uma taxa anual de 7%. Para Antero Paes de Barros, com juros mais baixos o pecuarista pantaneiro poderá retomar os gastos com o manejo e a recuperação das pastagens nativas e investir em infra-estrutura básica, como instalação de cercas, invernada, maternidade e piquete.

— O projeto tem por objetivo romper com o processo de

êxodo pantaneiro e permitir o aumento da renda regional, a expansão da produção de carne ecologicamente viável e sua exportação — disse o senador, ao observar que a diminuição dos juros também vai garantir o desenvolvimento sustentado da atividade econômica da região, além de estimular um setor que começa a ganhar novo impulso em todo o país, que é o ecoturismo.